



ISSN: 2595-1661

ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](#)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>

ISSN: 2595-1661

Revista JRG de
Estudos Acadêmicos

Possibilidades e desafios da psicologia sócio-histórica e da psicologia histórico-cultural frente a desigualdade no âmbito das políticas públicas no Brasil

Possibilities and challenges of socio-historical psychology and historical-cultural psychology in the face of inequality in public policies in Brazil

DOI: 10.55892/jrg.v8i19.2723
 ARK: 57118/JRG.v8i19.2723

Recebido: 25/11/2025 | Aceito: 04/12/2025 | Publicado on-line: 05/12/2025

Gabriel Campelo Sotero¹

<https://orcid.org/0000-0002-6917-9411>

<http://lattes.cnpq.br/8069835901415122>

Universidade Federal do Delta do Parnaíba, PI, Brasil

E-mail: gabrielcampelosotero@gmail.com

Eugênia Bridget Gadelha Figueiredo²

<https://orcid.org/0000-0001-5123-9482>

<http://lattes.cnpq.br/3428348069661712>

Universidade Federal do Delta do Parnaíba, PI, Brasil

E-mail: ebgfigueiredo@gmail.com



Resumo

A seguinte pesquisa buscou compreender como as psicologias de base sócio-histórico-culturais vêm se inserindo nas políticas públicas frente a questão da desigualdade social brasileira. Conduziu-se uma revisão sistemática com os seguintes descritores: “Psicologia Sócio-Histórica and Políticas Públicas”, “Psicologia Sócio-Histórica and Desigualdade”, “Psicologia Histórico-Cultural and Políticas Públicas” e “Psicologia Histórico-Cultural and Desigualdade. O recorte temporal foi de dez anos (2013-2023), onde se buscou artigos científicos nacionais, em português, indexados e de acesso livre. De 135 produções nacionais rastreadas, 12 foram selecionadas. A pesquisa revelou que a atuação em psicologia dentro das políticas públicas através de um viés sócio-histórico-cultural, vem se mostrando de extrema importância para o debate sobre desigualdade social. Outro dado que pode ser levantado pela pesquisa é a diversidade regional e de campo de atuação onde esses profissionais estão envolvidos e promovendo essas transformações, indo desde o âmbito escolar a dispositivos de saúde, e presentes em diferentes regiões do Brasil.

Palavras-chave: Psicologias Sócio-Histórico-Culturais. Políticas Públicas. Desigualdade.

Abstract

¹ Psicólogo pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar).

² Doutora em Psicologia Social e Ciências da Saúde pela PUC-SP. Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Professora associada da Universidade Federal do Piauí no curso de graduação em psicologia. Membro efetivo do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFDPar.



The following research sought to understand how socio-historical-cultural psychologies have been inserted into public policies regarding the issue of Brazilian social inequality. A systematic review was conducted with the following descriptors: "Socio-Historical Psychology and Inequality", "Historical-Cultural Psychology and Public Policies" and "Historical-Cultural Psychology and Public Policies" and "Historical-Cultural Psychology and Inequality". The time frame was ten years (2013-2023), where national scientific articles were searched, in Portuguese, indexed and with free access. Of 135 national productions screened, 12 were selected. The research revealed that psychology within public policies, through a socio-historical-cultural bias, has proven to be extremely important in the debate on social inequality. Another fact that can be raised by the research is the regional diversity and field of activity where these professionals are involved and promoting these transformations, ranging from the school environment to health devices, and present in different regions of Brazil.

Keywords: Socio-Historical-Culturals Psychologies. Public Policy. Inequality.

1. Introdução

As bases Sócio-Histórico-Culturais da psicologia no Brasil: fundamentos e o contexto de invenção

Ao analisarmos o percurso histórico da Psicologia Social no Brasil, percebemos que esta privilegia as perspectivas positivista, cartesiana, biomédica e funcionalista no que se refere a visão de homem, sociedade e ciência. Alguns pesquisadores entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, a exemplo de Silvia Lane, começaram a questionar esse viés que se inspirava na psicologia norte americana e que estava muito distante da realidade brasileira e latino-americana. Ao lançar o questionamento se “Toda Psicologia não deveria ser social?”, Lane posiciona a ideia de que não apenas a Psicologia Social, mas também a Psicologia em si, deveria estudar, pesquisar e se implicar com a realidade brasileira dentro de uma perspectiva sócio-histórico-cultural e com um compromisso social bem definido em busca da transformação social necessária à expansão das potencialidades de nosso povo (BONFIM; PETROLA; PACHECO, 2022).

Entre as décadas de 1970 e 1980, na América Latina, autores de diferentes disciplinas inauguraram campos de estudos privilegiando o continente latino americano e sua constituição sócio-histórica, apontando como horizonte de ação/reflexão, a libertação. Podemos citar Paulo Freire, na educação; Enrique Dussel, na filosofia; Leonardo Boff, na teologia; Rodolf Kusch na antropologia e Silvia Lane, Maritza Montero e Martin-Baró, na psicologia.

Lane (2000) afirma que dada a situação sócio-histórica da América Latina, os teóricos e pesquisadores das ciências humanas e sociais tiveram que se posicionar por um tipo de ciência e profissão que fosse comprometida tanto política quanto eticamente com a superação da desigualdade/injustiça social que estrutura nossa sociedade e que ceifa milhões de vidas. É através dessa necessidade, de uma nova concepção de Psicologia Social no Brasil, que foi incorporada uma visão de mundo em que o indivíduo é produto e produtor da história de sua própria história.

Ao afirmar que toda psicologia deve ser social, Silvia Lane (2012) não quis limitar os diferentes tipos de atuação e de saberes em psicologia à Psicologia Social em si, mas sim, que todas as psicologias e campos de atuação, sejam eles no âmbito clínico, organizacional, escolar ou comunitário, levassem em conta nas suas intervenções a natureza social, histórica e as relações do indivíduo com o outro e com o mundo que o cerca. É a partir da expansão desse saber/fazer, que durante a década



de 1970, Lane coordena o primeiro curso de pós-graduação em Psicologia Social no Brasil na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (ANDRADA et al., 2016).

A proposta da Psicologia Sócio-Histórica se propõe não apenas a formular novos tipos de pesquisas mas também ajuda a modificar os rumos da atuação da própria psicologia no Brasil, que passa a integrar na formação em psicologia do país, o engajamento às lutas sociais e políticas (Lane, 2006). Pauta ainda sua atuação em realidades concretas, evitando o idealismo hegemônico na ciência psicológica, assumindo o compromisso ético-político a partir dos interesses das maiorias populares (MARTÍN-BARÓ, 1985; MONTERO, 2006).

Assim, a Psicologia Sócio-Histórica e a Histórico-Cultural se fundamentam sobre algumas proposições centrais: assumem que as funções psicológicas possuem um suporte biológico onde a atividade cerebral é plástica e passível de alterações ao longo do tempo; afirmam que o desenvolvimento e manutenção do psiquismo está fundamentado nas relações que o indivíduo tem com o mundo mediada por uma dimensão cultural e histórica e discutem que a interação entre o indivíduo e o ambiente que o cerca não são diretas, havendo a necessidade de uma ação do indivíduo para com o meio mediada por instrumentos e signos (OLIVEIRA, 2000).

Políticas públicas: para que e a quem se destinam?

Para Dorsa (2021), as políticas públicas se definem como um conjunto de práticas e ações governamentais que visam promover um efeito e agir sobre a vida e os aspectos de vivência dos cidadãos, objetivando solucionar problemas enfrentados pela população ou garantir direitos. Para autores de base marxista, as políticas públicas visam amortecer as tensões entre capital/trabalho e estão, dessa forma, dirigidas à população mais vulnerável para mitigar os efeitos desta tensão.

Souza (2006) traz os elementos que historicamente determinam os impactos da efetivação de políticas públicas: distinção entre o que os planos de governos propõem e o que realmente é efetivado; envolvimento de diferentes atores/grupos sociais nas decisões e participação dessas políticas; como as políticas públicas se integram dentro dos contextos que são pensadas a um longo prazo e a qualidade do levantamento que é feito para se pensar e efetivar uma política pública.

Historicamente, os processos implementados foram marcados pela lentidão, descaso do poder público e pelas constantes lutas da classe trabalhadora. Outro fator que marca a construção de políticas públicas no Brasil são suas práticas sociais fragilizadas pela individualização do problema, a falta de participação da população e o assistencialismo, apesar dos avanços na Constituição Cidadã de 1988 (COLIN; JACCOUD, 2013).

No que se refere a inserção da psicologia em diferentes campos onde há um desenvolvimento de políticas públicas, se impõe repensar quais perspectivas teóricas e metodológicas que constituem e caracterizam uma forma hegemônica do saber-fazer psicológico, como também uma necessidade em analisar e reinventar as possibilidades da atuação em psicologia (SILVA; CARVALHAES, 2016).

Como já mencionado, ainda na década de 1970, psicólogos sócio-históricos-culturais já partiam do pressuposto que a atuação do psicólogo deveria se concentrar na efetivação de uma saúde comprometida com a transformação social, o que atualmente é uma das determinações do Conselho Federal de Psicologia a partir da sua referência técnica para a atuação do psicólogo frente às políticas públicas: "...a partir desse momento, o compromisso social da psicologia passa a ser a perspectiva ético-política. Ou seja, defende a perspectiva de uma psicologia que coloca suas práticas a serviço da transformação social..." (Conselho Federal de Psicologia, 2022).



pág. 21).

A partir do que foi exposto, visando ampliar o debate a respeito do tema, se toma como objetivo geral: compreender como a Psicologia Sócio-Histórica e a Histórico-Cultural vêm contribuindo e/ou podem contribuir para a atuação dos psicólogos no campo das políticas públicas no Brasil. Já como objetivos específicos: analisar as possíveis contribuições das psicologias de base sócio-histórico-culturais para a atuação do psicólogo nas políticas públicas no Brasil por meio das experiências publicadas; identificar as estratégias e ações mais desenvolvidas pelos psicólogos que trabalham nas políticas públicas e sistematizar as dificuldades e potencialidades apontadas. A seguinte pesquisa tem caráter qualitativo e utilizará a revisão bibliográfica sistemática, priorizando os trabalhos publicados como relatos de experiência. A importância deste trabalho reside na possibilidade de ampliar o debate e contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento das políticas públicas no Brasil, das psicologias de base sócio-histórico-culturais e para a atuação de psicólogos (os) voltada para o enfrentamento da desigualdade no Brasil.

2. Metodologia

A revisão sistemática foi conduzida de acordo com os passos indicados pelo protocolo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*) (LIBERATI et al., 2009). As buscas e procedimento de análise foram realizadas entre julho e setembro de 2023. Para abranger o maior número de estudos possíveis, conduziu-se buscas nas seguintes bases de dados: SciELO, Medline, BVS, Lilacs e Scopus, utilizando o booleano AND, com os seguintes descritores: “Psicologia Sócio-Histórica and Políticas Públicas”, “Psicologia Sócio-Histórica and Desigualdade”, “Psicologia Histórico-Cultural and Políticas Públicas”, e “Psicologia Histórico-Cultural and Desigualdade”.

Como critérios de elegibilidade, foram elencados: artigos completos em língua portuguesa; indexados; de livre acesso e com um recorte temporal dos últimos dez anos (2013-2023). Buscou-se para inclusão na pesquisa estudos do campo da psicologia que versassem ou discutessem o âmbito das políticas públicas ou da desigualdade com uma perspectiva sócio-histórico-cultural de direcionamento epistemológico de análise e intervenção. Esses artigos foram organizados e alocados para análise de título e resumo a partir da ferramenta de edição *Microsoft Excel* (2019-16.0). Para auxiliar na identificação de artigos duplicados, foi utilizado a ferramenta *Rayyan QCRI* 2016.1.

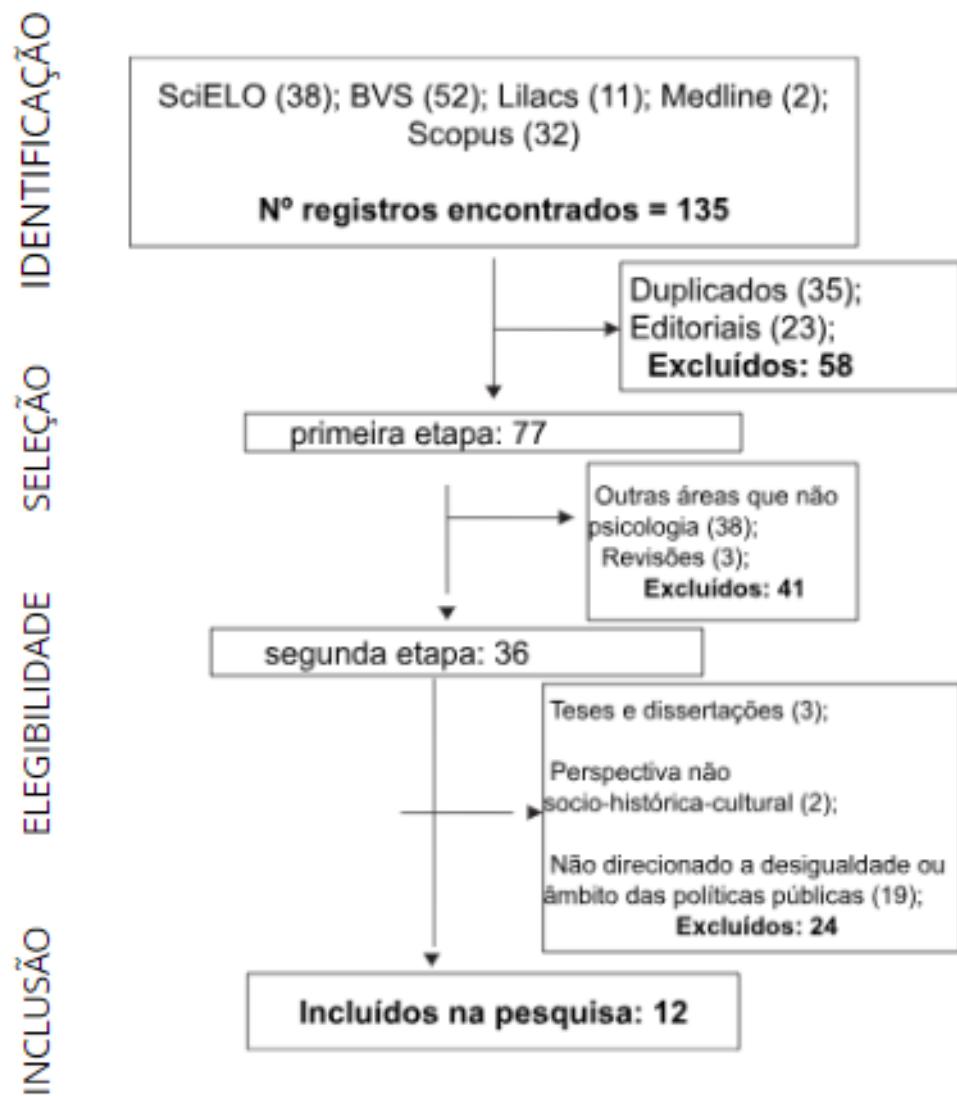
Em relação aos critérios de exclusão da revisão, foi definido que não seriam selecionados: estudos referentes a outras áreas de análise ou atuação que não a psicologia; revisões (narrativas, integrativas, sistemáticas); estudos não direcionados aos âmbitos das políticas públicas e da desigualdade social; teses e dissertações não publicadas em volumes ou números de periódicos; e estudos com perspectiva ou direcionamento que não o da teoria sócio-histórica-cultural.

3. Resultados e Discussão



Figura 1.

Fluxograma do processo de revisão sistemática para seleção dos artigos



Fonte: elaboração própria, 2023.

A primeira etapa de seleção das produções foi realizada mediante a leitura e a análise dos títulos e resumos de todos os 135 artigos identificados. Na segunda etapa, procedeu-se com à leitura dos resumos dos estudos selecionados, a qual possibilitou que outros artigos também fossem excluídos por não atenderem às propostas da revisão. Na etapa final, após leitura na íntegra dos 36 estudos restantes, foi realizada a seleção dos estudos finais a serem incluídos e após isso, separadas as principais informações dos artigos selecionados. Os 12 estudos selecionados para fazer parte dos resultados e discussão foram sistematizados em uma tabela a partir de: autores e ano de publicação; campo de intervenção ou análise; direcionamento epistemológico; objetivo principal e principais resultados.



Tabela 1.

Características das produções nacionais em psicologia a partir das suas contribuições para o desenvolvimento e fortalecimento das políticas públicas, das Psicologias Sócio-Histórico-Culturais e da atuação ao enfrentamento da desigualdade no Brasil

Autores (ano)	Campo de intervenção ou análise	Direcionamento epistemológico	Objetivo principal	Principais resultados
Souza (2022)	Educação e Políticas Públicas	Psicologia Histórico Cultural	discutir as políticas públicas de educação no Brasil e o papel da Psicologia Escolar nesse processo	quando a Psicologia Escolar se propõe a compreender o processo de escolarização necessariamente ela precisará conhecer as questões que constituem as políticas públicas educacionais
Limachi e Zucolotto (2019)	Educação e Políticas Públicas	Psicologia Sócio-Histórica	refletir sobre a atuação do(a) psicólogo(a) escolar na Educação Infantil, frente às políticas públicas estabelecidas para este campo	mediante políticas públicas, o(a) psicólogo(a) deve necessariamente rever sua história profissional, marcada por práticas individualizadas, normativas e adaptacionistas. Deve, fundamentalmente, resgatar a dimensão social e cultural dos problemas escolares, ampliando seu campo de visão sobre o ato educativo
Lucca (2015)	Educação e Políticas Públicas	Psicologia Histórico Cultural	verificar como se processaram as políticas públicas promovidas pelo Conselho Regional de Psicologia do Paraná, no que toca as articulações entre psicologia e educação	apontamentos e importância para uma efetiva evolução nas formações em psicologia escolar sob um olhar crítico e comprometido com as questões de ordem social
Lara, Aragusuku e Costa (2020)	Psicologia e Políticas Públicas na América Latina	Psicologia Política Latino-americana	apresentar e discutir as articulações entre a produção de conhecimento psicopolítico e o estudo das políticas públicas na América Latina	a psicologia em articulação com as políticas públicas pode contribuir para a produção de análises consistentes, atentas tanto aos aspectos normativos e operativos das políticas públicas quanto à inter-relação das dimensões psicosociais e políticas
Silva e De Carvalhaes (2016)	Papel da Psicologia nas Políticas Públicas	Psicologia Sócio-Histórica	discutir os paradigmas psicológicos e suas relações com as políticas públicas de intervenção no contexto social	indica-se a necessária problematização da formação inicial das(os) psicólogas(os) frente às demandas contemporâneas



Sawaia e Figueirêdo (2019)	Estudos da desigualdade social no campo da Psicologia Social	Psicologia Sócio-Histórica	defender a ideia de que a desigualdade social não deve ser apenas uma variável independente mas sim um objeto de estudo da psicologia social	para que a Psicologia não se mantenha cometendo violência epistemológica é preciso atentar para algumas características fundamentais relativas a desigualdade social na Contemporaneidade
Rodrigues e Guareschi (2021)	Pesquisa em Psicologia e Políticas Públicas	Teoria Ator-Rede no campo da Psicologia Social	compartilhar a experiência da proposição de uma política de pesquisa em políticas públicas, constituída no campo da Psicologia Social, a partir das contribuições teórico-metodológicas da Teoria Ator-Rede (TAR)	a Psicologia Social se constitui como um percurso de investigação potente às práticas situadas no território das políticas públicas
Reis e Zanella (2015)	A Psicologia Social no campo das Políticas Públicas	Psicologia Sócio-Histórica	discutir alguns modos de atuação da Psicologia no campo das políticas públicas	a atuação da Psicologia Social no campo das políticas públicas potencializa o exercício da criatividade e pode contribuir para a emergência de processos de singularização
Reis e Cabreira (2013)	Práticas em Psicologia direcionadas a moradores de zona rural	Psicologia Sócio-Histórica	identificar quais práticas destinadas a moradores da zona rural são desenvolvidas por psicólogos da região que atuam no CRAS	pouca discussão e formação teórica durante a graduação no que diz respeito à Psicologia social, em especial às políticas públicas
Feitosa e Bomfim (2020)	Atuação em Psicologia, Povos originários e Políticas Públicas	Psicologia Sócio-Ambiental (Sócio-Histórica e Ambiental)	discutir as categorias afetividade e bem viver como propostas de (re)existência dos povos originários, em contextos de desigualdade social	a vinculação com o território, com a comunidade e com a dimensão espiritual, relaciona-se intimamente com a criatividade e a vivência de sonhar juntos, alegrar-se coletivamente, fortalecer-se e propor outras formas de viver à sociedade
Gomes e Santos (2017)	a Psicologia Sócio-Histórica frente às Políticas Públicas de Assistência Social	Psicologia Sócio-Histórica	debater as contribuições que a psicologia sócio-histórica pode oferecer aos profissionais que atuam na Política Nacional de Assistência Social	a Psicologia Sócio-Histórica possui arcabouço teórico que pode subsidiar práticas éticas com a PNAS, possibilitando intervenções qualificadas e críticas que demandam das camadas subalternizadas da sociedade



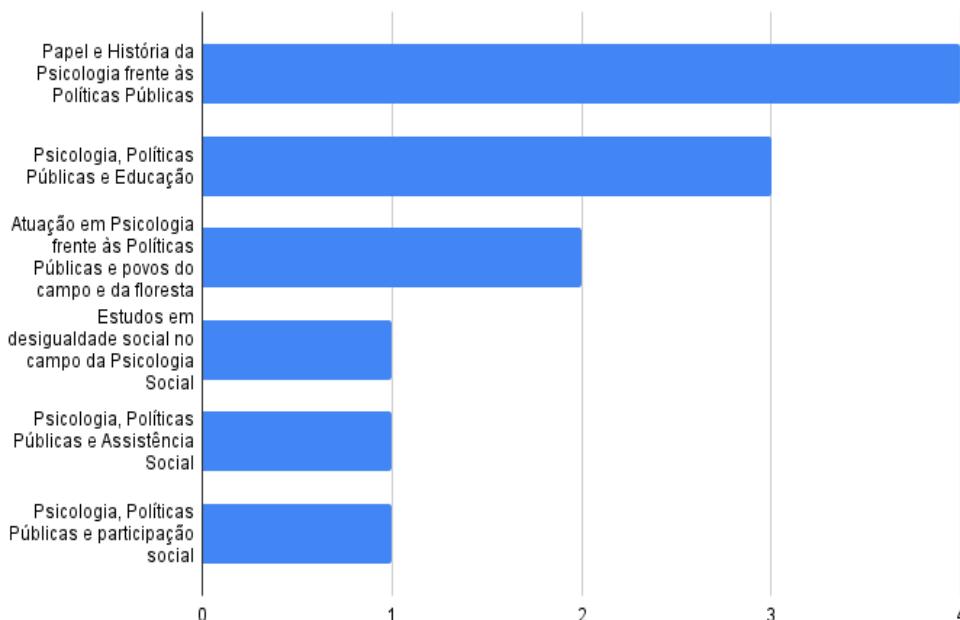
Pimenta, Valencia e Lemos (2017)	a Psicologia no Brasil e suas interfaces com as Políticas Públicas e a Participação Social	Psicologia Sócio-Histórica	discutir os caminhos trilhados pela Psicologia na história das políticas públicas no Brasil e seu diálogo com a participação social	capacidade da psicologia em auxiliar a autonomia de classes marginalizadas pelo sistema capitalista e de ir na contramão de práticas que visam à manutenção do status quo, disparando diálogos entre a participação social nas políticas públicas e uma coletividade pautada na multiplicidade
----------------------------------	--	----------------------------	---	--

Fonte: elaboração própria, 2023.

Após uma análise dos estudos selecionados, inicialmente pode-se observar que esses se concentram principalmente nos últimos cinco anos, havendo um avanço e interesse da psicologia brasileira para com a temática mais recentemente. Destaca-se ainda a variedade regional dos estudos que foram selecionados, estando presentes pesquisas intervencionistas de quatro das cinco regiões brasileiras. A variedade de campo de pesquisas e de intervenção também é algo que pertinente no que diz respeito aos estudos selecionados, indo desde o âmbito escolar a dispositivos de saúde.

Outro fator importante evidenciado a partir desses estudos é a forte presença do profissional em psicologia no debate referente a formulação/construção de políticas públicas e de participação social. Isso revela a potencialidade da atuação em psicologia para além do mero desempenho de suas funções pré-estabelecidas em determinado campo de atuação, podendo esse ser um profissional capaz de ter seu trabalho repercutido para além das paredes daquele campo onde se está intervindo. Essa forma de atuação, como já mencionado anteriormente, vai de encontro com os pressupostos e métodos de pesquisa-intervenção das psicologias de base sócio-histórico-culturais.

Figura 2.
Principais áreas de análise dos estudos incluídos na pesquisa



Fonte: elaboração própria, 2023.



No gráfico da figura 2, ao se observar as áreas de análise dos estudos incluídos na revisão através do gráfico acima, nota-se que estes abrangem áreas dos mais diversos campos de atuação em psicologia. Tendo em vista disso, optou-se por realizar a discussão a partir de quatro eixos norteadores que integram esses diferentes estudos. Os eixos ficaram divididos da seguinte forma: Percurso e Atuação das Psicologias Sócio-Histórico-Culturais no Brasil frente às Políticas Públicas; Psicologias Sócio-Histórico-Culturais, Educação e Políticas Públicas; Psicologia, Políticas Públicas e Povos do Campo e da Floresta; e por último, Psicologia, Políticas Públicas e suas interfaces com a Desigualdade, Assistência e Participação Social.

Percuso e Atuação das Psicologias Sócio-Histórico-Culturais no Brasil frente às Políticas Públicas

Como discutido anteriormente no início do trabalho, a construção de uma psicologia social essencialmente brasileira se estabeleceu a partir da necessidade de uma epistemologia vinculada ao povo brasileiro e que entendesse de forma concreta as reais questões que perpassam nossa sociedade. É a partir da vertente Sócio-Histórico-Cultural, que ao tentar compreender e intervir nas condições materiais de existência que cercam o sujeito, que se evidencia uma proposta de psicologia que vai para além da individualização do adoecimento psíquico e das afetações advindas das vivências em grupo (Lane, 2006).

No estudo realizado por Silva e Carvalhaes (2016), tendo como base a psicologia sócio-histórica, se discute os paradigmas psicológicos a partir das suas relações com as políticas públicas de intervenção social. O seguinte estudo reitera que o aumento de profissionais em psicologia nos diversos campos em que se desenvolvem políticas públicas exige uma análise das perspectivas teóricas e metodológicas expostas como formas hegemônicas de trabalho psicológico e a necessidade de rever e reinventar possíveis cursos de ação. Para os autores, indica-se a necessária problematização da formação inicial de psicólogos frente às demandas contemporâneas, para que estes sejam inseridos no âmbito de atuação dessas políticas nos mais diversos campos.

O estudo elaborado por Rodrigues e Guareschi (2021) também evidencia a potencialidade da psicologia social de vertente sócio-histórica-cultural dentro do campo das políticas públicas. Para as autoras, a atuação em psicologia social frente às políticas públicas se estabelece como uma prática capaz de se situar no território a que se busca intervir. Além disso, as autoras colocam que estudar e investigar no território das políticas públicas se faz eficiente a partir da possibilidade de assumir uma proposta de investigação focada na radicalidade das práticas, na interação entre os diferentes atores e na construção e sustentação de redes de produção de sujeitos, ou seja, na realidade concreta que nos cerca.

Já o artigo proposto por Reis e Zanella (2015) aborda que a psicologia sócio-histórica inserida dentro das políticas públicas tem a capacidade de contribuir para o processo de singularização ao se pensar em políticas para determinados grupos ou políticas públicas que necessitem ser “regionalizadas” para se adequarem a realidade de determinados locais. As autoras ainda colocam que uma das tarefas do profissional em psicologia que atua dentro das políticas públicas deve ser o de promover o protagonismo social e autonomia dos indivíduos, dos grupos e das comunidades. Isso acaba por implicar no exercício fundamental do direito à liberdade, indo contra as lógicas que buscam impor modos de ser, pensar, sentir e de se expressar diante das suas vivências.

Através de uma perspectiva social da Psicologia Política, no estudo de Lara,



Aragusuku e Costa (2020), os pesquisadores trazem um panorama histórico para discutir como se estabeleceu o conhecimento sócio-político frente à atuação e elaboração de políticas públicas por parte dos profissionais em psicologia latino-americanos. Os autores abordam ainda que a psicologia política em conjunto com as políticas públicas tem capacidade e potencialidade de elaboração de análises consistentes, preocupadas tanto com os aspectos normativos e operacionais das políticas públicas quanto com a inter-relação das dimensões psicossociais e políticas.

Psicologias Sócio-Histórico-Culturais, Educação e Políticas Públicas

Historicamente, a psicologia social brasileira de base histórico-cultural foi amplamente divulgada no ocidente como sendo específica do campo da educação. Por algumas décadas, era comum que fizessem alusão a psicologia sócio-histórica como sendo unicamente direcionada ao campo do ensino e aprendizagem, muitas vezes colocando em pauta apenas os autores soviéticos, a exemplo de Vigotski, e deixando de lado os pensadores e pesquisadores brasileiros que também contribuíram para a construção da teoria. É claro que isso também se deu em muito por conta da censura e das más traduções da teoria histórico-cultural que chegavam até o Brasil, por muitas se tirando o caráter marxista e de análise de outros campos ou conjunturas para além do desenvolvimento e da aprendizagem (SAVELI; TENREIRO, 2013).

O que se entende é que a teoria sócio-histórico-cultural foi uma das perspectivas que mais se consolidou e que pesquisa de forma crítica e política até hoje no campo da educação, e que suas análises, contribuições e críticas, sempre se mantiveram pertinentes e importantes para entender não apenas os processos de aprendizagem, mas também a se pensar naquilo que compõe o ensino em si (BOCK et al., 2022).

Durante a pesquisa para a seleção dos estudos, o campo da educação foi o em específico com o maior número de artigos encontrados. Porém, na última etapa de triagem, observou-se que a maioria dos estudos na perspectiva da psicologia sócio-histórico-cultural relacionados à educação abordaram mais sobre questões relacionadas ao desenvolvimento e a aprendizagem, problematizando mais questões de estudos com indivíduos ou grupos. Mesmo assim, ainda puderam ser encontrados 3 estudos (25% do total) direcionados para o campo da educação que focam no âmbito das políticas públicas. Todos esses estudos que foram selecionados e que compõem o seguinte eixo da discussão, relacionam experiências ou análises das políticas públicas com a educação básica de ensino no Brasil.

O estudo de Souza (2022) discute o papel da psicologia social no contexto escolar junto de políticas públicas. A autora evidencia que quando a atuação em psicologia visa compreender o processo de escolarização, necessariamente se faz importante conhecer as questões que constituem as políticas públicas de ensino. Sendo a psicologia de vertente sócio-histórico-cultural capaz de possibilitar o entendimento mais de perto das dificuldades e possibilidades de acesso ao conhecimento e às necessidades sociais e econômicas de cada indivíduo, levando portanto em conta o contexto social e subjetivo presentes naquele determinado cotidiano.

Já no estudo de Limachi e Zucolotto (2019), as autoras refletem sobre a atuação em psicologia voltada para a educação infantil e frente às políticas públicas ali inseridas. O estudo revela que, ao atuar dentro das políticas públicas, o psicólogo deve rever sua trajetória profissional marcada por uma prática individualizada, normativa e adaptativa. Deve-se priorizar abordar as dimensões sociais e culturais



dos problemas escolares em sua raiz e ampliar seu campo de visão. As autoras evidenciam ainda, a necessidade de alinhamento entre os princípios norteadores das políticas públicas de educação e os princípios de atuação do psicólogo. A consistência entre esses princípios contribui para práticas mais igualitárias no ambiente escolar. Logo, como profissional, o psicólogo escolar deve sempre manter-se crítico e questionador de sua prática e das políticas públicas implementadas em seu ambiente de trabalho.

O último estudo a ser discutido nesse eixo é o de Lucca (2015), que objetiva verificar como foram efetivadas as políticas públicas promovidas pelo Conselho Regional de Psicologia do Paraná, no que diz respeito às articulações entre psicologia e educação. O estudo revelou contribuições efetivas e evoluções nas formações em psicologia escolar que possuíam um olhar crítico e comprometido com as questões de ordem social. Através do que o autor evidencia em sua pesquisa, as políticas públicas que contam com profissionais com uma perspectiva e arcabouço sócio-histórico-cultural em suas práticas, promoveram maiores mudanças no cotidiano dos alunos e dos outros atores que fazem parte do ambiente educacional, tornando as dinâmicas de ensino mais comprometidas social e criticamente, o que contribui para uma educação emancipatória.

Psicologia, Políticas Públicas e Povos do Campo e da Floresta

Dois estudos incluídos na revisão abordam sobre intervenções numa perspectiva sócio-histórico-cultural com populações do campo e da floresta em interface com as políticas públicas e com a desigualdade. No estudo de Reis e Cabreira (2013), buscou-se verificar quais práticas para moradores de áreas rurais têm sido desenvolvidas por psicólogos que atuam nos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) de uma determinada região. Um dos principais desafios que as pesquisadoras evidenciam é que as ações desenvolvidas no meio rural são as mesmas desenvolvidas nas cidades, o que acaba por não levar em consideração as especificidades da área, dificultando o desenvolvimento de ações para essa população. Foi notado ainda uma pouca capacitação em psicologia social por parte dos profissionais em psicologia que ali atuavam, além de uma baixa conhecimento a respeito de políticas públicas, o que através da pesquisa, foi revelado como motivo para tal, a pouca discussão e formação teórico-prática dessas temáticas durante a graduação desses profissionais.

Já o outro estudo selecionado para esse eixo, realizado por Feitosa e Bomfim (2020) e tendo como ponto de partida uma perspectiva de Psicologia Socioambiental de base Histórico-Cultural, objetivou discutir as categorias afetividade e bem viver como propostas de (re)existência de povos originários, em contextos de desigualdade social. As autoras puderam observar que a vinculação com o território e com a comunidade foi capaz de concretizar uma criatividade e vivência coletiva entre os indivíduos ali envolvidos, onde os mesmos puderam se alegrar, fortalecer e sonhar em conjunto, propondo assim diferentes formas de se viver socialmente.

As autoras reiteram ainda que a desigualdade psicossocial que atinge os povos originários, tem dentre suas estratégias o entristecimento, a ruptura dos laços sociais e a negação do direito de ser e viver. A intervenção proposta pelas autoras foi capaz de minimizar o poder de desarticulação entre a comunidade, a partir da promoção de afetos que fossem capazes de potencializar e complementar as relações de vivência naquele território.



Psicologia, Políticas Públicas e suas interfaces com a Desigualdade, Assistência e Participação Social

Um ponto importante a destacar após a busca e seleção dos estudos que fizeram parte da revisão, é que de forma direta, apenas dois estudos abordaram sobre desigualdade no campo da psicologia, sendo o já mencionado de Feitosa e Bomfim (2020), e o de Sawaia e Figueirêdo (2019). Dada a situação contemporânea que o Brasil se encontra com o acirramento da desigualdade social e avanço do neoliberalismo, se torna mais importante do que nunca trazer o debate da desigualdade para dentro da psicologia.

Neste quarto eixo de discussão da revisão, foram alocados três estudos, um que aborda sobre o papel da psicologia social e o estudo da desigualdade, um sobre psicologia em diálogo com as políticas públicas de assistência social e um último estudo que analisa o papel da psicologia relacionada à participação social e políticas públicas.

O estudo elaborado por Sawaia e Figueirêdo (2019) tem como proposta evidenciar e defender a ideia de que a desigualdade social não pode ser reduzida a apenas uma variável independente dos estudos em psicologia social, mas sim deve ser analisada enquanto objeto de estudo dessa mesma.

As autoras ainda concluem a partir de suas discussões trazidas ao longo do texto de que existem diferentes formas de se expressar a desigualdade e não diferentes tipos de desigualdade. Ressaltam ainda que a desigualdade social é um elemento de estruturação da nossa sociedade, indo desde a exploração ao sofrimento ético-político, entendo que esta é um produto cada vez maior por conta da: concentração de riqueza; da servidão e exploração que desumaniza; e da divisão da sociedade entre senhores e servos. É também elaborado ao final do estudo que para a psicologia não continuar ocasionando violência epistemológica se faz necessário que essa reveja algumas características fundamentais presentes na desigualdade social e que são observadas na nossa contemporaneidade (SAWAIA; FIGUEIRÊDO, 2019).

O estudo de Gomes e Santos (2017), por sua vez, busca debater as possíveis contribuições que a psicologia sócio-histórica pode oferecer para os profissionais que atuam nos serviços presentes na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a exemplo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). As autoras revelam que com o passar das décadas a atuação em psicologia foi cada vez mais expandido sua prática profissional para além dos consultórios clínicos, passando-se a se inserir em contextos institucionais e comunitários atravessados por múltiplas vulnerabilidades sociais, o que se fez necessário trazer para a formação em psicologia teorias capazes de abranger os determinantes sociais e a realidade em que os indivíduos e grupos estavam inseridos, como é o caso da psicologia sócio-Histórica.

A pesquisa das autoras também concluiu pontos importantes e significativos para se pensar o papel da psicologia sócio-histórica frente às políticas públicas de assistência social: primeiro, que essa é uma teoria que possui arcabouço teórico capaz de subsidiar práticas éticas que possibilitam intervenções qualificadas e críticas que demandam das camadas mais subalternizadas da sociedade. O segundo ponto, se refere aos processos de autonomia e potencialização dos sujeitos e do território, já que a psicologia sócio-histórica consegue auxiliar na elaboração de ferramentas e instrumentos capazes de mediar a construção de estratégias de superação diante de situações de sofrimento e vulnerabilidade, ajudando as (re)invenções metodológicas e técnicas no campo da assistência social (GOMES; SANTOS, 2017).

Por último, o estudo de Pimenta, Valencia e Lemos (2017) traz a questão da



psicologia social no Brasil e suas contribuições para se pensar as políticas públicas e a participação social. Através de inicialmente um apanhado histórico, os autores discutem os caminhos traçados pela psicologia social no decorrer da história das políticas públicas brasileiras e em como a área dialogou com a participação social ao longo do tempo. Os autores observam que, a atuação do psicólogo tem como objetivo fortalecer a consciência crítica priorizando a autonomia de classes marginalizadas pelo sistema capitalista, logo, desconstrói muitas das relações de opressão estabelecidas pelas biopolíticas. Os autores ainda reiteram que a psicologia social é capaz de ir na contramão de práticas que visam à manutenção do status quo, possibilitando diálogos entre a participação social nas políticas públicas e uma coletividade múltipla.

4. Considerações Finais

A partir dos dados e da discussão apresentada ao longo do trabalho, pode-se concluir que as psicologias de base sócio-histórico-culturais possuem ferramentas teórico-práticas que possibilitam auxiliar não apenas na atuação em psicologia mas também na própria manutenção e construção de políticas públicas. A diversidade de campos de atuação da vertente sócio-histórica-cultural representada nos estudos que fizeram parte da revisão também revelam a capacidade heterogênea de atuação dessa perspectiva, com experiências e debates que foram relatados desde a educação aos serviços de assistência social.

Se evidenciou ainda que maioria absoluta dos estudos no campo das políticas públicas na área da psicologia são de origem ou fundamentados da teoria sócio-histórico-cultural, mesmo assim, a produção científica e análise principalmente a respeito de desigualdade ainda é muito baixa, necessitando uma maior atenção não apenas por parte da psicologia social, mas da psicologia em si como um todo. O trabalho também demonstra a necessidade de se fortalecer e efetivar políticas públicas bem estruturadas e de impacto no contexto brasileiro, principalmente devido aos últimos anos em que o país sofreu com um desmonte e extinção de diversos direitos fundamentais e de políticas sociais.

5. Referências

ANDRADA, P. R.; PEREIRA, A.; CARVALHO, B. C.; STEFANI, E. C. Memórias de uma história: a psicologia social em São Paulo. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 31, 161–174, 2017.

BOCK, A. M. B.; ROSA, E. Z.; AMARAL, M. M.; FERREIRA, M. R.; GONÇALVES, M. da G. M. O Compromisso Social da Psicologia e a Possibilidade de uma Profissão Abrangente. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, 2022.

BONFIM, Z. A.; PETROLA, D. A. F.; PACHECO, P. F. Psicologia Social Brasileira e as Categorias Sócio-Históricas Fundamentais. In *Psicologia Socio-Histórica: bases epistemológicas, categorias fundamentais e intervenções psicosociais*. Maria Ignez Costa e Sonia Gomes Sousa (orgs). (pp. 19-42), 2022.

CASTRO, A. P. Saúde e educação são pastas mais atingidas por bloqueio bilionário do governo. *Economia-G1*, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/07/28/governo-detalha-bloqueio-de-r-15-bilhao-no-orcamento-dos-ministerios.ghtml>.



COLIN, D.; JACCOUD, L. Assistência Social e Construção do SUAS - balanço e perspectivas: O percurso da Assistência Social como política de direitos e a trajetória necessária. In: CRUZ, José Ferreira da Cruz. 20 anos da Lei Orgânica de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Brasília, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas: defesa e resistência da psicologia nas políticas públicas / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, 1º ed. Brasília, 2022.

DORSA, A. C. O papel das políticas públicas no Brasil: reflexões necessárias. *Interações* (Campo Grande), 22(Interações (Campo Grande), 22(2)), 1–4, 2021.

FEITOSA, M. Z. S.; BONFIM, Z. A. C. Povos originários em contextos de desigualdade social: afetividade e bem viver como modos de (re)existência ético-política. *Rev. psicol. polít.* São Paulo, v. 20, n. 49, p. 719-734, 2020.

FIGUEIREDO, E. B. G.; BONFIM, Z. A. C.; VERIANA, F. R. C.; SANTOS, L. M. C. Vivência como categoria de análise na Psicologia Sócio-Histórica e seus desdobramentos no campo metodológico. In *Psicologia Sócio-Histórica: bases epistemológicas, categorias fundamentais e intervenções psicosociais*. Maria Ignez Costa e Sonia Gomes Sousa (orgs). (pp. 87-106). Ed. da Puc, Goiânia, 2022.

GOMES, M. A.; SANTOS, C. M. A perspectiva sociohistórica e a política nacional de assistência social. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 51, n. 2, p. 345-368, 2017.

LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In S. T. M. Lane & W. Codo (orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento* (pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense, 2012.

LANE, S. T. M.. A Psicologia Social na América Latina: Por uma ética de conhecimento. In R. H. F. Campo & P. A. Guareschi (orgs.) *Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva latino-americana* (pp. 58-69). Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LANE, S. T. M. Os avanços da Psicologia Social na América Latina. In S. T. M. Lane & B. B. Sawaia (orgs.). *As novas veredas da Psicologia Social* (pp. 55-63). São Paulo, Ed. Brasiliense, 2006.

LARA, M. F. A.; ARAGUSUKU, H. A.; COSTA, J. F. A. Psicologia Política e Políticas Públicas no Contexto Latino-Americano: definições, histórico e perspectivas. *Revista Interdisciplinar De Gestão Social*, 9(2), 2021.

LIBERATI, A.; ALTMAN, D. G.; TETZLAFF, J.; MULROW, C. The PRISMA Statement for Reporting Systematic Reviews and Meta-Analyses of Studies That Evaluate Health Care Interventions: Explanation and Elaboration (THE BMJ), 2009.

LIMACHI, E. K. U.; ZUCOLOTTO, M. P. R. A atuação do(a) psicólogo(a) escolar



diante das políticas públicas de educação infantil. *Rev. Exitus, Santarém*, v. 9, n. 3, p. 116-140, 2019.

LUCCA, J. A. Políticas em psicologia e possibilidades de articulação com a educação. *Avesso do Avesso* v.13, n.13, p. 7-22, 2015.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. *Estudos de psicologia*, 2(1), 7-27, 1985.

MONTERO, M. Hacer para transformar: El método en la Psicología Comunitaria. Buenos Aires: Paidós, 2006.

NAVES, F. F. Interfaces entre a psicologia sócio-histórica e a educação popular com adolescentes. Gerais, *Rev. Interinst. Psicol. Juiz de fora*, v. 9, n. 1, p. 32-49. 2016.

OLIVEIRA, M. K. O problema da afetividade em Vygotsky. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. Tradução: São Paulo: Summus. teorias psicogenéticas em discussão. Tradução: São Paulo: Summus, 2000.

PIMENTA, L. C. P.; VALENCIO, R. D.; LEMOS, D. C. Psicologia, políticas públicas e participação social: diálogos com a Multidão. Gerais, *Rev. Interinst. Psicol.*, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 239-249, 2017.

REIS, A. C.; ZANELLA, A. V. Psicologia Social no campo das políticas públicas: oficinas estéticas e reinvenção de caminhos. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 49, n. 1, p. 17-34, 2015.

REIS, R. G.; CABREIRA, L. As políticas públicas e o campo: e o Psicólogo com isso?. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(spe), 54–65, 2013.

RODRIGUES, L.; GUARESCHI, N. M. F. Pesquisa em políticas públicas: uma política investigativa a partir das noções de rede e performance. *Estud. pesqui. psicol.* Rio de Janeiro, v. 21, n. spe. 1294-1312, 2021.

SAVELI, E. L.; TENREIRO, M. O. V. A educação enquanto direito social: aspectos históricos e constitucionais. *Teoria e Prática da Educação*, v. 15, n. 2, p. 51-57, 2013.

SAWAIA, B. B.; FIGUEIREDO, E. B. G. Psicologia social e o estudo da desigualdade: reflexões para o debate. *Psicol. rev.* (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 659-670, 2019.

SILVA, R. B.; CARVALHAES, F. F. Psicologia e políticas públicas: impasses e reinvenções. *Psicologia & Sociedade*, 28 (28(2)), 247–256, 2016.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, M. P. R. Psicologia Escolar, políticas educacionais e os impactos da pandemia de Covid-19: reflexões a partir do enfoque histórico-cultural. *Obutchénie. Revista de Didática e Psicologia Pedagógica*, [S. I.J, v. 6, n. 1, p. 40–53, 2022.